VI Simpósio Nacional de
HISTÓRIA CULTURAL
Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

APONTAMENTOS SOBRE A ATUAÇÃO POLÍTICO-MILITAR DOS AGENTES DA GUARDA NACIONAL NO INTERIOR DA PROVÍNCIA MARANHENSE (1839-1855)

Rafael Ramos Campos*

Este trabalho tem como foco apontar, de maneira bem generalizada, a atuação e composição de agentes que ocuparam os principais cargos da Guarda Nacional, de 1839 a 1855, nas cidades de Alcântara e Itapecuru, principais cidades do interior da província maranhense.

A Guarda Nacional tem sua organização inicial na França em março de 1831, como uma milícia composta de cidadãos-soldados orientada para combater movimentos monarquistas. Mas no caso brasileiro, aquela instituição criada em agosto do mesmo ano, foi constituída justamente como instrumento de consolidação do regime imperial com perspectivas centralizadoras, e objetivando justamente "defender a constituição, a integridade, a liberdade e a independência do Império Brasileiro", isto é, a ordem social no qual o principal eixo da economia da nova nação, a escravidão.

No contexto político brasileiro no século XIX, os movimentos sociais contínuos de centralização das decisões políticas e burocráticas em um Estado Nacional,

* Bacharel em História na Universidade Federal do Maranhão. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Maranhão.

ISBN: 978-85-98711-10-2

só fora possível mediante a aglutinação de disputas interesses de grupos dirigentes locais, regionais e nacionais diversos, que marcariam as lógicas de recrutamento e seleção em torno organização do Estado imperial, legitima e legalmente constituído como fonte provedora de recursos simbólicos para as minorias dos dirigentes espalhados por todo império, como foi o caso da Guarda Nacional.

Tais tropas milicianas, no império brasileiro, foram organizadas nas municipalidades, como tropas auxiliares à de 1ª linha, que atuavam no policiamento das vilas e cidades. Nos quais os "cidadãos" em condições de votantes eram obrigados a servir de forma litúrgica nas fileiras, tanto na infantaria quanto cavalaria, nos serviços ordinários de policiamento local, e ás vezes em destacamentos para apresamento de índios, destruição de quilombos e aprisionamento de desordeiros.

E dentre os autores como Saldanha, Castro e Uricoechea[1], que estudam a Guarda Nacional, apontaram para as características importantes sobre o funcionamento e a estruturação dessa força paramilitar, isto é, a importância da inserção das elites políticas paroquiais na dinâmica governamental do império brasileiro através dessa instituição militar, bem como para própria manutenção de uma determinada ordem social.

O estudo de Flávio Saldanha sobre a Guarda Nacional em algumas cidades de Minas Gerais aponta para características sobre os recursos materiais e econômicos dos indivíduos pertencentes à elite rural no interior daquela província, ou quer para Uricoechea, onde tal instituição militar seria um ponto de inflexão de uma estrutura política institucional baseada em uma perspectiva clientelista e patrimonialista de gestão dos órgãos burocráticos, que perpassa por uma matriz analítica sobre as intervenções e conflitos privados nas estruturas do institucionais do Estado brasileiro, e ainda em Jeanne Castro privilegiará os processos de mudanças institucionais da Guarda Nacional desde o seu surgimento no período regencial, até o início da década de cinquenta do período oitocentista.

---

[1] SALDANHA, 2008; Uricoechea, Fernando. **O minoutauro imperial**: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX. São Paulo, Difel, 1978; CASTRO, Jeanne Berrance de. **A Milicia Cidadã**: a guarda nacional de 1831 a 1850. São Paulo. Ed. Nacional. 1879.

ISBN: 978-85-98711-10-2

O trabalho que aqui se desenvolve comunga com a analise feita por André Fertig, no qual ele toma a Guarda Nacional como objeto de pesquisa, tendo aquela elemento instrumentalização de construção do Estado Nacional da ex-colônia portuguesa, a partir da atuação policial da milícia nas municipalidades, e principalmente como recurso institucional utilizados por grupos políticos concorrentes dentro de uma estrutura política clientelista. Neste sentido, Fertig aponta para uma questão mais de fundo, ou seja, a instrumentalização política da Guarda Nacional, no cenário de jogos e disputas por clientelas e redes políticas regionais, tanto no sentido de manutenção do governo central quanto sobre as demandas políticas mais periféricas[2].

Portanto, a observação tanto os agentes que ocuparam os postos de comando da Guarda Nacional nas principais cidades da província maranhense, Alcântara, Itapecuru e Viana quanto a partir da suas multiposicionalidade no campo político e burocrático local e provincial, em uma configuração social especifica.

Assim como a atuação daqueles agentes seria também marcada pela forma clientelística/patrimonialista, tanto de organização institucional da burocracia a nível provincial, quanto de mobilização de uma ampla rede clientela nos vários grupos sociais nas localidades, através da pessoalização de atuação política e o controle ao acesso aos recursos políticos provenientes do Estado. A Guarda Nacional, em todo império, e mais especificamente no caso da província maranhense, deste modo, aponta para esse tipo de arranjo institucional, que lhe seria fundamental para a sua sustentação e organização.

INSTAURAÇÃO DA MILICIA NA PROVÍNCIA MARANHENSE

Embora a constituição dessa força miliciana a nível nacional em tenha ocorrido em 1831, no caso da província maranhense, a criação dos comandos da Guarda Nacional se deu de forma bastante lenta. Somente em 1832, criou-se os primeiros comandos dessa força militar na capital maranhense, embora haja uma circular do ministério da justiça, em 1835, pressionando tanto os presidentes de província e as

[2] FERTIG, André Atila. **Clientelismo Político em tempos belicosos:** a Guarda Nacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil. Editora da UFSM, Santa Maria, 2010.

ISBN: 978-85-98711-10-2

autoridades municipais para a ampliação do número de comandos da milícia tanto na capital quanto no interior[3].

E a partir da redução progressiva das tropas de primeira linha em toda extensão imperial, bem como perante as extinções dos corpos das Guardas Municipais e das Guardas Municipais Permanentes, esta em 1836 e aquela em 1837, nos quais os membros das guardas deveriam ser incorporados aos comandos da Guarda Nacional[4], consolida ainda mais a necessidade de se instituir essa milícia na província. Bem como, no caso dois municípios elencados na pesquisa, a preocupação de se vigiar e punir os escravos e quilombolas seria maior, visto serem as principais zonas de produção agrícola de cana-de-açúcar e algodão da província.

A Guarda Nacional no Maranhão, como em todo império, obedeceu as vicissitudes das mudanças políticas no governo imperial, mas acima de tudo, às questões que norteavam as demandas políticas e sociais das disputas intraoligarquicas das municipalidades. E deve-se admitir, pelo menos a nível de hipótese, que as pressões políticas dos grupos dirigentes locais, bem como as feitas pelo centro político nacional, nortearam a consolidação da instituição miliciana na província, principalmente no que tange aos municípios de Alcântara e Itapecuru.

Exemplo desse jogo de negociação/intervenção entre centro-paroquia-centro, por exemplo, foi a morosidade na implantação da milícia no interior da província, devido entre outras coisas a eletividade dos oficiais do comando dos batalhões, no qual viria a ser resolvido partir de uma lei provincial de 1838[5], que extinguia tal eletividade, e a partir de agora seria o presidente da província o responsável pela escolha dos principais membros da Guarda Nacional nos municípios[6].

---

[3] Livro de correspondência do presidentes de província com o ministério da justiça . Livro 419. Ano: 1835-1841.

[4] FARIA, Regina Helena Martins de. **Em nome da ordem:** a constituição de aparatos policiais no universo luso-brasileiro (séculos XVII e XIX). Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. p.135-141.

[5] Coleção de leis da província do Maranhão. Lei n° 61, de 8 de junho de 1838.

[6] É interessante observar que tal lei provincial de número 61, seria aprovada pela Assembléia Provincial dois anos antes de uma resolução imperial, isto é, anterior à reforma do código do processo criminal em 1840, no qual também decidiria com fim da eletividade dos postos de comando da Guarda Nacional.

ISBN: 978-85-98711-10-2

Tal refinamento do recrutamento dos oficiais seria denominado por Jeanne de Castro como a " aristocratização da Guarda Nacional[7]". E a partir de 1850, o Maranhão já contava 13 comandos superiores e 34 batalhões, que totalizava 28.923 praças tanto no serviço ativo quanto na reserva[8], e durante a guerra do Paraguai, onde a Guarda Nacional assume a força militar na província, sua organização já era 18 comandos superiores e 45 batalhões[9].

Em todo caso, a intensificação dos recrutamentos e criações dos batalhões e comandos de milicianos em toda província, ocorreram principalmente no final da década de 30, com a eclosão da Balaiada, apontando para a necessidade da constituição de mecanismo de manutenção da ordem imperial, ou seja, a mão de obra escrava e a consolidação de um tipo de hierarquia social clientelista entre grupos sociais marginais e as elites política e econômica da província.

Só que neste estudo sobre a Guarda Nacional na província maranhense aponta-se para uma problemática mais ampla sobre o recrutamento de oficiais, isto é, não somente ligado a caracterização dos recursos econômicos, mas também a força política nas disputas entre as parcialidades locais de poder estar ou negociar os postos de comando daquela instituição nas municipalidades.

Principalmente, no que diz respeito também, ao peso político e simbólico que tal inserção na milícia tivera nas carreiras dos dirigentes locais, ou seja, o incremento ou consolidação da força política desses indivíduos nas paroquiais.

A entrada na carreira política local, e as possibilidades de concorrência para disputa para os postos da Guarda Nacional, exigiam dos pretendentes um conjunto de mais complexo de recursos materiais e simbólicos acumulados:

1. Capital familiar, que se traduz tanto no sentido de manutenção de uma herança tanto recursos econômicos anteriormente acumulados e aumentados, quanto simbólicos, como o uso do "nome da família", em

---

7 CASTRO. Jeanne Berrance de. **A Milicia Cidadã**: a guarda nacional de 1831 a 1850. São Paulo. Ed. Nacional. 1879. p. 274.

8 FARIA, 2007. p.153.

9 Ibid. p.158.

ISBN: 978-85-98711-10-2

busca de melhores possibilidades de estabelecimentos relações matrimoniais, como forma de reprodução social desses estratos sociais;

2. Capital de relações sociais, tanto no sentido de um reforço de tipo relacionamento mais horizontal, isto é, entre os indivíduos do mesmos estratos social; quanto em um nível mais vertical, ou seja, a constituição de um conjunto de redes entre indivíduos social, econômica e politicamente desiguais, caracterizada pelas práticas e relações clientelísticas, tanto entre clientes quanto patrões. como por exemplo de alçar determinado cliente ao comando de determinado batalhão em detrimento de um concorrente; a capacidade de livrar o seu "praça" do recrutamento do exercito, ou de livrá-lo da prisão;
3. Capital econômico, isto é, utilização de recursos econômicos capazes de manterem e aumentarem as redes clientelísticas, enquanto trunfo de relações social e político na concorrência política local, principalmente na Guarda Nacional, quanto ao fornecimento de fardas e armamento aos praças pertencentes as milícias locais.

A emergência e constituição de carreiras políticas perpassam por alocação de recursos econômicos e dons pessoais (carisma), convertendo-os em trunfos nas disputas políticas locais[10]. E neste sentido, a Guarda Nacional foi um veiculo por excelência de cooptação e visibilidade das redes que se imbricavam e davam sentido a ordem social e política, mediante a atuação de indivíduos que se ligavam da paróquia à corte.

Neste sentido, as formas de seleção, atuação e acumulação das atribuições dos cargos coercitivos e burocráticos pelos grupos de dirigentes paroquiais, entre as parcialidades locais ficam patentes, principalmente, no que se refere as eleições paroquiais. Daí a importância de controlar a Guarda Nacional, órgão coercitivo por excelência dos grupos dirigentes local, tanto no que se refere a posse de uma patente e função de oficial nas municipalidades, quanto controle e expansão de rede de

[10] LANDÉ. Karl. A Base diádica do clientelismo. In. Schimidt; S.W. et al. (Eds.). **Friends, followers and factions**. Tradução de Luiz Alberto Grijó. Berkeley: University of California Press, 1977, p. xii-xxxviii.

ISBN: 978-85-98711-10-2

reciprocidades, possibilitam que as relações clientelísticas/patrimoniais dos agentes fossem reconvertidos em recursos e trunfos simbólicos importantes na concorrência política local.

Realçar a importância de se analisar a Guarda Nacional a partir de sua instrumentalização política pelos agentes que ocuparam os principais cargos da Guarda Nacional, é tentar perceber que a inserção em tal instituição, necessariamente esteve ligado ao acionamento e mobilização de um conjunto mais amplo de recursos, como o econômico, familiar e de relações de interdependência, como estratégia de posicionamento no *locus* da esfera política nas instâncias locais, nos quais lhes permitiriam não somente ocuparem tais posições na instituição militar, mas também de postos e atribuições de mediadores na burocracia local e regional, como por exemplo em alguns casos de preenchimento de cargos de vereança, juiz municipal, delegados de polícia, deputados provinciais e até no senado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. Política Comparada. México. FONDO DE CULTURA ECONÓMICA.

CASTRO. Jeanne Berrance de. **A Milicia Cidadã**: a guarda nacional de 1831 a 1850. São Paulo. Ed. Nacional. 1879.

FARIA. Regina Helena Martins de. **Em nome da ordem:** a constituição de aparatos policiais no universo luso-brasileiro (séculos XVII e XIX). Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

LANDÉ. Karl. A Base diádica do clientelismo. In. Schimidt; S.W. et al. (Eds.). **Friends, followers and factions**. Tradução de Luiz Alberto Grijó. Berkeley: University of California Press, 1977, p. xii-xxxviii.

SALDANHA. Flavio Henrique Dias. **Os oficiais do povo**: a guarda nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850. São Paulo. Anna lume, 2008.

URICOECHA. Fernando. **O minoutauro imperial**: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX. São Paulo, Difel, 1978.